

Ata da primeira reunião ordinária de 2018 do Comitê de Investimentos

Aos vinte e dois dias do mês de janeiro de dois mil e dezoito, às quatorze horas, compareceram à sede do Instituto de Previdência de Itabira – Itabiraprev os membros do Comitê de Investimentos para a primeira reunião ordinária do exercício de 2018: Marcos Alvarenga Duarte, Eduardo Cássio Procópio, Cláudia Rodrigues de Oliveira e Plínio Guilherme Leite Andrade. Cândida Izabel de Campos Moraes justificou a ausência. Dando início a reunião, após a leitura da última ata, que foi aprovada por todos, foi apresentado o panorama econômico de dezembro e as perspectivas para fevereiro/2018 na visão da PAR Investimentos. Em seguida, os membros do Comitê analisaram as expectativas do mercado para 2018. Entendem que as atenções estarão voltadas para o eventual avanço das reformas econômicas, sendo a principal a da Previdência e para as eleições presidenciais, o que aumenta o quadro de incertezas. Se em 2018 alguns fundamentos seguirem como em 2017, teremos a inflação controlada e os juros em novo piso histórico. No entanto, os gastos com os alimentos e a energia poderão ser maiores, e o não avanço das reformas deverá ser mal recebido pelo mercado. Quanto às aplicações financeiras, permanecem com a orientação ao Conselho Deliberativo que, por conta dos ganhos já obtidos com os investimentos em fundos e títulos de prazo mais longo e com as dificuldades na continuação da aprovação das reformas econômicas, continuam a recomendar uma exposição ao vértice de longo prazo, representado pelo IMA-B Total em 15%. Consideram de 10%, a exposição em fundos de investimento em títulos públicos que possuem a gestão do duration, produto a ser acompanhado com a maior atenção. Para os vértices médios (IMA-B 5, IDkA 2A e IRF-M Total) recomendam uma exposição de 15%. Já para os vértices de curto prazo, representados pelos fundos DI e pelos referenciados no IRFM-1 a alocação sugerida é de 30%. Quanto à renda variável, continua a recomendação a exposição máxima de 30%, por conta da crescente melhoria das expectativas com a atividade econômica em 2018, que deverá refletir em um melhor comportamento dos lucros das empresas e, portanto, da Bolsa de Valores. Por fim, lembram que as aplicações em renda fixa, por ensejarem o rendimento do capital investido, devem contemplar o curto, o médio e o longo prazo, conforme as possibilidades ou necessidades dos investidores. Já as realizadas em renda variável, que ensejam o ganho de capital, as expectativas de retorno devem ser direcionadas efetivamente para o longo prazo. Baseado na análise do mercado, o Comitê assim sugere ao Conselho Deliberativo a aplicação dos novos recursos: Recurso Administrativo: FI Brasil IMAB-TP R\$ 194.000,00; Recurso Previdenciário: aplicação do saldo das contribuições no valor de R\$ 2.642.000,00 no fundo Caixa Referenciado DI e, após a abertura de conta no Banco Itaú-Unibanco, transferência de R\$ 1.000.000,00 para o fundo de ações Itaú Institucional Phoenix. Este fundo foi devidamente analisado e aprovado pelo PAR Investimentos, bem como por este Comitê. Por fim, transferência do saldo total do FI Ações BRD I para o fundo FI Ações Institucional BDR I, exclusivo para RPPS, com os mesmos parâmetros do primeiro, porém com taxa de administração inferior, justificando a alteração. Nada mais havendo a tratar lavrou-se a ata que deverá ser assinada por todos os presentes.